

# Fim dos fantasmas

7 FEV 1984

**E**m longa entrevista concedida ao **CORREIO BRAZILIENSE**, domingo último, entre farpas e es-tocadas que distribui, o ex-governador da Bahia, **Antônio Carlos Magalhães**, de-sautoriza expressamente os seus cor-relligionários que, na pressa de defender a manutenção da eleição indireta, espalham pelos corredores do Congresso uma onda de terrorismo contra o movimento de mobilização do País em favor da res-tauração do voto popular na escolha do futuro presidente da República.

Magalhães afirmou categoricamente que não existe nenhuma perspectiva de recrudescimento da exceção, e que o pro-jeito de abertura democrática tornou-se irreversível. Com receio do crescimento da onda popular em favor da eleição di-reta, não poucos pedessistas andam es-palhando rumores sobre um possível confronto e, por via de consequência, um novo retrocesso político no País. A onda de rumores não consegue mais assustar ninguém, no Congresso e fora dele.

Nesses últimos vinte anos vivemos no Brasil do terror difundido pelos que vi-viam à sombra do poder, acenando com ameaças de retrocessos sempre que sur-gia a possibilidade de contestação ao re-gime. A própria palavra contestação ga-nhou uma conotação subversiva, na ótica dos que serviam aos atuais detentores do poder. Agora, com o passivo assustador da dívida externa, com a inflação, o de-semprego e a onda de escândalos na alta administração do País, esse tipo de ter-rorismo perdeu qualquer eficácia.

O País perdeu o medo. O entusiasmo popular diante do movimento organizado pelos partidos oposicionistas para resta-belecer a eleição popular mostra que a Nação já cansou e exige mudanças radi-cais. Ninguém mais se amedronta com ameaças veladas ou ostensivas de que o movimento oposicionista possa levar a um confronto, de que resultaria novo re-trocesso. O regime já não tem discurso para justificar um novo apelo às armas.

O líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena, deverá procurar ainda hoje o presidente do Senado, Moacyr Dalla, em

companhia do deputado Dante de Olivei-ra (PMDB-MT), autor de proposta de emenda constitucional dispondo sobre o restabelecimento da eleição direta. Lu-cena quer saber de Moacyr Dalla se está assegurada a votação da Emenda Dante de Oliveira na primeira quinzena de abril, uma vez que crescem os rumores de que o Governo e o PDS estariam in-teressados em executar uma manobra pa-ra antecipar a votação da proposta.

Governo e PDS teriam interesse em antecipar a votação da Emenda Dante de Oliveira para evitar que as oposições te-nham mais tempo para a mobilização po-pular. Nesse meio tempo, continuam as pressões de parlamentares do PDS já comprometidos com as candidaturas in-diretas em favor da adoção de medidas excepcionais de segurança para restrin-gir a presença de populares nas galerias, quando da sessão de votação da emenda das diretas.

Muitos insinuem a possibilidade de de-cretação de novas medidas de emergên-cia. Nesse caso, o Governo repetiria a mesma decisão tomada em outubro, quando da votação do Decreto-lei 2.065, decretando as medidas de emergência para impedir a mobilização de sindicalis-tas contra o decreto que promoveu um achatamento salarial definitivo. O Go-verno ficou notoriamente incomodado com o ridículo provocado por remédio tão inepto quanto exagerado.

Não há razão que justifique qualquer restrição à presença do povo nas galerias do Congresso, quando da votação da emenda das eleições diretas. O receio do Governo e de muitos dos seus porta-vozes no Congresso mostra como tanto um quanto os outros estão com dor na cons-ciência quando se decidem a lutar com unhas e dentes pela manutenção do pro-cesso espúrio da eleição indireta.

As preocupações de todos quantos já se acham comprometidos com as candida-turas indiretas são procedentes. O movi-mento tende a crescer e pode efetiva-mente produzir uma radical transforma-ção na face política do País, a curto pra-zo.

TARCISIO HOLANDA